



Regras para a Zona Norte em discussão

Moradores da Penha criticam projeto que aumenta gabarito sem garantir infraestrutura

Renata Sofia

renata.sofia.personale@oglobo.com.br

• A nova região da Penha, compreendendo os bairros de Brás de Pina e Penha Circular, é assunto na Câmara dos Vereadores por conta da altura dos edifícios. Um projeto de lei da prefeitura quer mudar as regras para novas construções de prédios. Uma das principais questões é a alteração do gabarito estabelecido em 1988 com o limite máximo de cinco andares (próximo à região da Igreja da Penha) ou sete (em outras áreas). A prefeitura quer autorizar até oito pavimentos, agora, mas um grupo de moradores não está nada satisfeito com o texto da lei. Segundo eles, o bairro não suportaria uma explosão imobiliária que ocorresse de uma hora para outra.

— Não existe um plano de saneamento. É uma área que não tem estrutura para crescer — diz Heriberto Oliveira, morador e empresário da área.

A mudança na legislação faz parte do Projeto de Estruturação Urbana (PEU). A principal reclamação dos moradores é que no texto da lei não há contrapartida em benefício do bairro.

— A Penha já é usada como escape da Avenida Brasil. No horário de pico, as vias principais ficam engarrafadas. O trânsito vai acabar igual ao da Barra e ao de Jacarepaguá — critica Mario Lacerda, morador do bairro.

O secretário municipal de Urbanismo, Sérgio Dias, lembra que, ao se elaborar o projeto, a infraestrutura do local é avaliada:

— O PEU estabelece parâmetros que permitem o uso da infraestrutura

presente. Já tem acessibilidade, água e esgoto. Estamos propondo o mesmo adensamento que existia nos anos 1980 para um período com uma organização urbana muito superior.

A região já tem algumas construções mais altas e até mesmo prédios de até 18 andares, limite permitido antes do decreto de 1988, que estabeleceu o atual gabarito. A vereadora Sonia Rabello, do PV, aderiu à causa dos moradores e faz críticas ao texto já apresentado em plenário:

— O projeto não deixa claro o que está sendo revogado. O que se quer hoje em dia é que o texto de uma lei seja acessível a qualquer cidadão para que ele saiba o que vai ser feito em seu bairro e seja um fiscal.

Apesar de ter sido criado em 2010, o projeto só foi apresentado para votação este ano, após a aprovação do plano diretor do município, em fevereiro. Antes de o projeto ser redigido, em audiência pública, em 19 de maio de 2009, foram discutidos planos de revitalização para a Zona Norte e a situação da Penha teve destaque. O PEU da Penha voltou a ser discutido na Casa em 1º de junho de 2010. Na ocasião, Sérgio Dias lembrou que já havia sido realizada uma audiência pública na Penha sobre o assunto. A votação do projeto estava marcada para o dia 6 deste mês, mas foi remarcada para o dia 2 de agosto.

Dias afirma que agora é o momento oportuno para a realização de um projeto que valorize a região:

— Com a implementação de traçados especiais, como a Transcarioca, e a instalação das UPPs nos complexos

do Alemão e da Penha, a gente deve aproveitar para investir no bairro.

Os moradores se organizam para comparecer à votação e esclarecer os detalhes que ainda não foram repassados. O grupo deixa claro que não é contra o PEU da Penha, mas que deseja entender o que será feito.

— Aqui é um lugar muito bom para se morar. Mas tem que estruturar o bairro antes de licenciar os prédios — acrescenta Lacerda.

Sonia Rabello também crê que a revisão do projeto seria a solução:

— Sou favorável ao PEU, mas o que temos não é um plano. A prefeitura, que tem um ótimo corpo técnico, precisa fazer um diagnóstico da região.

• A ÍNTEGRA DESTA REPORTAGEM
no GLOBO-Barra